

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

| REQUERIMENTO N.º      | _ /2021 |
|-----------------------|---------|
| (Do Sr. CARLOS VERAS) |         |

Requer autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos.

Requeiro a V. Exas., nos termos dos artigos 32, inciso VIII, alínea c, autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a CDHM, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos, com a finalidade de estabelecer, consoante as competências e as atribuições de cada instituição e autoridade signatária, uma base de cooperação entre os partícipes para promover a defesa da democracia no Brasil, com vistas à consolidação e ao fortalecimento de normas, instituições e procedimentos essenciais aos preceitos democráticos e para garantir a fruição e a efetividade dos Direitos Humanos no país, com as seguintes cláusulas:

## DO OBJETO:

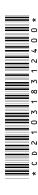
CLÁUSULA PRIMEIRA. Constitui objeto do presente Memorando de Entendimento estabelecer, consoante as competências e as atribuições de cada instituição e autoridade signatária, uma base de cooperação entre os partícipes para promover a defesa da democracia no Brasil, com vistas à consolidação e ao fortalecimento de normas, instituições e procedimentos essenciais aos preceitos democráticos e para garantir a fruição e a efetividade dos Direitos Humanos no país.

### DAS ATIVIDADES CONJUNTAS A SEREM IMPLEMENTADAS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os partícipes buscarão priorizar a elaboração e a publicação de manifestações conjuntas das instituições e autoridades signatárias em temas sensíveis e em casos emblemáticos relativos ao objeto deste memorando.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os partícipes poderão detalhar e definir outras atividades relacionadas ao objeto deste Memorando de Entendimento, a serem executadas em regime de mútua colaboração, desde que sejam, prévia e expressamente, acatadas por unanimidade, e formalizadas mediante termo aditivo.





## DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA. A celebração deste instrumento não envolve a transferência recursos financeiros entre os partícipes.

#### DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA. O presente Memorando de Entendimento terá vigência, a partir da data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser renovado, mediante termo aditivo, caso haja manifestação formal de interesse das instituições e autoridades signatárias.

## DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA. Este instrumento poderá ser alterado no todo ou em parte, desde que se mantido o seu objeto e celebrado o respectivo termo aditivo, aprovado na mesma forma deste Memorando.

#### DA RESCISÃO

CLÁUSULA SEXTA. O ajuste poderá ser rescindido no interesse de qualquer um dos partícipes, desde que haja comunicação formal, com antecedência mínima de 30 dias, ou por consenso, com a devida formalização de seu encerramento.

#### DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA. Caberá a cada um dos partícipes promover a divulgação deste Memorando de Entendimento em seu sítio eletrônico oficial.

#### **JUSTIFICATIVA**

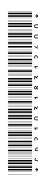
A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados foi criada em 1995 após a Conferência de Direitos Humanos de Viena de 1993, e tem atribuição regimental de proteção dos direitos humanos e de colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos (RICD, artigo 32, inciso VIII).

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão foi criada em 1993, também na esteira da Conferência de Viena, e integra o Ministério Público Federal. A PFDC desempenha o papel de ombudsman nacional, atuando na defesa dos direitos constitucionais para o seu efetivo respeito (Lei Complementar n. 75/1993, arts. 11 e 12).

A Defensoria Pública tem a missão constitucional de promoção dos direitos humanos, função atribuída de modo especial à Defensoria Nacional de Direitos Humanos (Constituição Federal art. 134 e Resolução nº 183, de 02 de julho de 2021, da DPU).

O Conselho nacional de Direitos Humanos, por sua vez, tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos (Lei 12.986/2014, art. 2°).





Sala das Sessões, de

de 2021.

**Deputado CARLOS VERAS** 



